



PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2019

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
NAVEGANTES

Navegantes - SC

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (IN-TC-0020-2015, Art. 9º c/c Art. 14º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Fundo Municipal de Assistência Social
CNPJ:	11.482.121/0001-33
Endereço:	Rua Aníbal Gaya 938 - Centro/Navegantes/SC
Telefone:	(47) 3185-2014
E-mail:	assistenciasocial.secretaria@navegantes.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	http://www.navegantes.sc.gov.br/e/secretaria-de-assistencia-social

b) Rol dos Responsáveis:

Nome	Maria José Flor
CPF	463.706.099-00
Cargo/Função	Secretária Municipal
Período de gestão	de abril de 2019 à data atual
Ato Nomeação e data	Portaria n.º 1.160 de 11 de abril de 2019
Ato Exoneração e data	-
Endereço Residencial	Avenida Adolfo Cirino Cabral 1330, ap 304 – Centro Navegantes/SC
E-mail	mariajoseflor63@gmail.com

Nome	Juliano Nildo de Maria
CPF	004.416.559-55
Cargo/Função	Secretário Municipal
Período de gestão	de janeiro de 2017 a abril de 2019
Ato Nomeação e data	Portaria n.º 0.001 de 02 de janeiro de 2017
Ato Exoneração e data	Portaria n.º 1.128 de 05 de abril de 2019
Endereço Residencial	Rua Natividade Costa, 508 – São Domingos/Navegantes/SC
E-mail	juliano.maria@navegantes.sc.gov.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

O Fundo Municipal de Assistência Social, possui o seguinte conselho vinculado a entidade:

Nome do conselho	Conselho Municipal de Assistência Social
Fonte legal:	Lei nº 1186 de 19 de março de 1997
Quantidade de Membros Governamentais	6
Quantidade de Membros da Sociedade Civil	6
Data da Última Reunião	18 de dezembro de 2019

O FMAS constitui-se apenas de um fundo de natureza contábil, portanto não possui organograma.

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Lei nº 12.435, o sistema descentralizado e participativo que organiza a assistência social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A LOAS prevê a repartição de competência entre os entes conforme os arts. 12, 13, 14 e 15 para a consecução dos objetivos da assistência social e, ainda, nos arts. 5º, 6º, 8º, 10, 11, 16 e 30 estabelece normas essenciais à implementação do SUAS e a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais.

Proteção Básica

Lei ordinária 3208/2017: denomina Centro de Referência de Assistência Social 2 (Cras 2) Claudemir José Schneider.

Proteção Básica é a fornecida à população vulnerável social por: pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social

Proteção Especial

Lei complementar 274/2015: dispõe sobre a criação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - no Município de Navegantes, cria cargos e fixa vencimentos.

A Proteção Especial tem como foco principal a reestruturação dos serviços de abrigamento dos indivíduos que não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias ou a sua convivência com essas seja considerada prejudicial à sua proteção e ao seu desenvolvimento, por exemplo: às crianças, aos adolescentes, aos jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência e às pessoas em situação de rua.

ACESSUAS Trabalho

Lei Ordinária 2852/2014: institui o funcionamento do programa nacional de promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho, do Governo Federal, no Município de Navegantes.

Preparação de jovens e adultos para inserção no mercado do trabalho.

Fundo Municipal de Assistência Social

Lei Ordinária 1206/1997: cria o orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Navegantes – FMASN.

Dispõe sobre Recursos para desenvolvimento das Políticas Públicas da Assistência Social

Conselho Municipal de Assistência Social

Lei Ordinária 1186/1997: cria o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

Órgão deliberativo, consultivo, normativo e controlador da política de atendimento, devendo ser observada a composição paritárias de seus membros.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Decreto nº706/2006, aprova o regimento interno do Abrigo Anildo de Souza e da outros provimentos, o Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade tem como o objetivo ofertar serviços especializados com vistas a afiançar segurança de acolhida a indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ ou comunitários de origem. Realizamos atualmente com sede própria o Acolhimento Institucional de crianças de 0 a 12 anos e grupos de irmãos. Os demais casos de acolhimento (idosos, jovens e adultos com deficiência, adolescentes, mulheres vítimas de violência) são atendimentos por meio de contratação.

Benefício Eventual

Lei nº 2524 de 10 de novembro de 2011, estabelece critérios para a provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social no Município de Navegantes e dá outras providências. Os Benefícios Eventuais são previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e oferecidos pelo Município de Navegantes, aos indivíduos e às suas famílias que não têm condições de arcar por conta própria com o enfrentamento de situações adversas ou que fragilize a manutenção do cidadão e sua família naquele instante. A oferta desses benefícios também pode ocorrer por meio de identificação de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade nos atendimentos feitos pelas equipes da Assistência Social.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Situação orçamentária:

Cód. Programa	Título Do Programa	Prev. Inicial	Prev. Atualiz.	Desp Emp.	Desp Liq.	Desp Pagas
1.143	Investimentos em Estrutura Física e Equipamentos na Assistência Social	243.000	243.000	66.595	52.481	52.481
2.069	Manutenção do Programa - IGD/SUAS	14.000	14.000	3.396	3.396	3.396
2.074	Manutenção do Programa de Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS	140.000	140.000	108.735	105.261	96.370
2.075	Manutenção do Programa do Piso de Alta Complexidade I - Criança/ Adolescente	125.000	125.000	9.822	7.079	6.079
2.076	Manutenção da Proteção Social Básica	310.000	502.000	306.269	291.526	291.031
2.077	Manutenção do Programa Bolsa Família - IGDBF/SUAS	75.000	75.000	58.360	52.498	51.864
2.078	Manutenção da Proteção Especial de Média Complexidade	392.000	392.000	26.875	18.172	17.736
2.079	Manutenção do Programa de Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	92.000	92.000	88.644	80.304	78.274
2.080	Manutenção do Programa de Benefícios Eventuais	20.000	20.000	107	107	107
2.081	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social	380.000	380.000	214.657	77.566	72.446
2.165	Manutenção do Programa do Benefício de Prestação Continuada Idoso/Portador de Deficiência	34.000	34.000			
Total Geral		1.825.000	2.017.000	883.460	688.391	669.784

Situação metas físicas:

Cód. Ação	Título do Programa	Quantidade Prevista	Produto	Unidade de Medida	Quantidade Executada	% Execução
1.143	Investimentos em Estrutura Física e Equipamentos na Assistência Social	1	Investimento	Ano	Medida Ano	Sem Resp.
2.069	Manutenção do Programa - IGD/SUAS	1	Ano	UN	Produto Ano	Sem Resp.
2.074	Manutenção do Programa de Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS	1.100	Atendimentos	UN	1.112	101%
2.075	Manutenção do Programa do Piso de Alta Complexidade I - Criança/ Adolescente	18	Atendimentos	UN	19	106%
2.076	Manutenção da Proteção Social Básica	5.000	Atendimentos	UN	7.525	151%
2.077	Manutenção do Programa Bolsa Família - IGDBF/SUAS	1.330	Atendimentos	UN	3.100	233%
2.078	Manutenção da Proteção Especial de Média Complexidade	250	Atendimentos	UN	11	4%
2.079	Manutenção do Programa de Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	250	Atendimentos	UN	9	4%
2.080	Manutenção do Programa de Benefícios Eventuais	1	Ano	UN	Produto Ano	Sem Resp.
2.081	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social	1	Ano	UN	Produto Ano	Sem Resp.

2.165	Manutenção do Programa do Benefício de Prestação Continuada Idoso/Portador de Deficiência	1	Manutenção das Atividades	Ano	Medida Ano	Sem Resp.
Total Geral						

3 - Contingenciamento de despesas no exercício:

Não houve contingenciamento de despesas neste exercício.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos neste exercício.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não houve permanência de restos a pagar processados ou não processados por mais de um exercício financeiro para esta unidade gestora.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

O FMAS constitui-se apenas de um fundo de natureza contábil, portanto não possui colaboradores em seu quadro

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

O FMAS constitui-se apenas de um fundo de natureza contábil, portanto não possui colaboradores em seu quadro

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0975/2019.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0975/2019.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Beneficiada	Tipo	Espécie de Transferência	Valor
Centro De Convivência Pommern Hein	Subvenção Social	Termo de colaboração 002/2018	6.490,00
Instituto Redenção	Subvenção Social	Termo de colaboração 003/2018	4.500,00

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviço	Despesa Realizada (Anual)
Concorrência	0	0	37.376,70	37.376,70
Tomada de Preço	52.481,25	0	0	52.481,25
Pregão Presencial	0	140.960,03	0	140.960,03
Dispensa de Licitação (Art.24,I e II)	0	94.196,14	9.569,08	103.765,22
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0	0	0	0
Total	52.481,25	235.156,17	46.945,78	334.583,20

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma "Diário Oficial dos Municípios" CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Pessoa de Contato:	Fiscais de Contrato: Portaria Nº 4077 de 20 de dezembro de 2018 Arlson Luiz Moraes - (Titular) Tatiana De Alencar Carlini - (Suplente)
CNPJ:	09.427.503/0001-12
Endereço:	Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885 - Sala 102, Florianópolis/SC CEP 88.070-800
E-mail:	ciga@ciga.sc.gov.br
Telefone:	(48) 3321-5300
Ato legal instituindo a atividade:	Dispensa de Licitação Nº 182/2015 PMN Contrato Nº 263/2015 Termo Aditivo 313/2018 com vigência de 01/01/2019 a 31/12/2019

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma "Leis Municipais" Liz Serviços Online Ltda
Pessoa de Contato:	Fiscais de Contrato: Portaria Nº 2.008 de 13 de setembro de 2016 Patrícia Gualberto - (Titular)
CNPJ:	03.725.725/0001-35
Endereço:	Rua 200, nº 200 Bairro Andurinha, Itapema/SC CEP 88.220-000
E-mail:	financeiro@leismunicipais.com.br
Telefone:	(47) 3514-5600
Ato legal instituindo a atividade:	Inexigibilidade de Licitação Nº 96/2015 PMN Contrato Nº 131/2015 Termo Aditivo 305/2018 com vigência de 01/01/2019 a 31/12/2019

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) recomendações expedidas no exercício (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos;

Não consta recomendações expedidas neste exercício para esta unidade gestora.

b) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos).

Não consta recomendações pendentes de atendimento neste exercício para esta unidade gestora.

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão vigentes neste exercício para esta entidade.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Informação	Termo de Colaboração Nº 001/2018 - POMMERNHEIN
<u>a) identificação dos termos de parceria vigentes no exercício:</u>	
1) dados da entidade parceira (nome e CNPJ);	CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERNHEIN CNPJ 02667539/0001-24
2) âmbito de atuação da entidade (art. 3º da Lei 9.790/99 e legislação estadual equivalente);	Instituição de Longa Permanência para Idosos Associação Privada
3) regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei 9.790/99 e legislação estadual equivalente);	Termo de Colaboração 001/2018
<u>b) informações sobre o termo de parceria:</u>	
1) nº e data da celebração;	EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO N º 001/2018 PUBLICADO EM 18/06/2018 NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS
2) forma de escolha da unidade parceira;	Edital de Chamamento Público, nos termos da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº13.204/2015
3) objeto;	Celebração de Termo de Colaboração para a prestação de serviço da Proteção Social de Alta Complexidade, acolhimento institucional para idosos
4) unidade jurisdicionada parceira;	Secretaria de Assistência Social
5) período de vigência (início e fim);	de 18/06/2018 a 18/06/2019
6) valor global em reais (da unidade jurisdicionada e da entidade);	R\$ 38.940,00 (TRINTA E OITO MIL NOVECIENTOS E QUARENTA REAIS)
<u>c) valores repassados em razão de termos de parceria firmados, especificando os valores mensais repassados no exercício e indicando a unidade parceira (nome e CNPJ):</u>	
VALOR MENSAL 3.245,00 (TRES MIL DUZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS) CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERNHEIN CNPJ 02667539/0001-24	
<u>d) avaliação dos resultados obtidos com a parceria:</u>	
1) identificação da entidade parceira (nome e CNPJ);	CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERNHEIN CNPJ 02667539/0001-24
2) demonstrativo dos indicadores pactuados com a entidade parceira (nome de identificação do indicador, fórmula de cálculo, unidade de medida, periodicidade de medição);	Não foi realizado. As contas não foram aprovadas, foi realizado processo administrativo e atualmente, após a mudança da Gestora, andamento com relação a Tomada de Contas Especial.

3) aferição dos resultados do indicador (meta do exercício (pactuado, realizada, percentual de realização); percentual de realização da meta de exercícios anteriores;	Não foi realizado pela antiga gestão. Atual Gestora assumiu a pasta 3 meses antes do encerramento quando já estava em andamento a prestação de contas.
4) análise dos indicadores definidos no termo de parceria, demonstrando se os objetivos estabelecidos com a parceira foram atingidos e em que medida.	Não foi realizado pela antiga gestão. Atual Gestora assumiu a pasta 3 meses antes do encerramento quando já estava em andamento a prestação de contas.

Informação	Termo de Colaboração Nº 003/2018 INSTITUTO REDENÇÃO - LAR DE MARINA
a) identificação dos termos de parceria vigentes no exercício:	
1) dados da entidade parceira (nome e CNPJ);	Instituto Redenção – Lar de Marina CNPJ: 10.197.909/0006-40
2) âmbito de atuação da entidade (art. 3º da Lei 9.790/99 e legislação estadual equivalente);	Oferece abrigo para crianças e adolescentes do sexo masculino e feminino em situação de vulnerabilidade.
3) regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei 9.790/99 e legislação estadual equivalente);	Termo de Colaboração 003/2018
b) informações sobre o termo de parceria:	
1) nº e data da celebração;	EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO N º 003/2018 PUBLICADO EM 21/12/2018 NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS
2) forma de escolha da unidade parceira;	Edital de Chamamento Público, nos termos da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº13.204/2015
3) objeto;	Celebração de Termo de Colaboração para a prestação de serviço da Proteção Social de Alta Complexidade, acolhimento institucional para crianças e adolescentes
4) unidade jurisdicionada parceira;	Secretaria de Assistência Social
5) período de vigência (início e fim);	12 meses de vigência.
6) valor global em reais (da unidade jurisdicionada e da entidade);	R\$ 54.000,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL REAIS)
c) valores repassados em razão de termos de parceria firmados, especificando os valores mensais repassados no exercício e indicando a unidade parceira (nome e CNPJ):	
VALOR MENSAL 4.500,00 (QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS) INSTITUTO REDENÇÃO – LAR DE MARINA CNPJ: 10.197.909/0006-40	
d) avaliação dos resultados obtidos com a parceria:	
1) identificação da entidade parceira (nome e CNPJ);	Instituto Redenção – Lar de Marina CNPJ: 10.197.909/0006-40
2) demonstrativo dos indicadores pactuados com a entidade parceira (nome de identificação do indicador, fórmula de cálculo, unidade de medida, periodicidade de medição);	Não foi realizado. As contas não foram apreciadas.
3) aferição dos resultados do indicador (meta do exercício (pactuado, realizada, percentual de realização); percentual de realização da meta de exercícios anteriores;	Não foi realizado pela antiga gestão. Atual Gestora assumiu a pasta com a prestação de contas em pendente.
4) análise dos indicadores definidos no termo de parceria, demonstrando se os objetivos estabelecidos com a parceira foram atingidos e em que medida.	Não foi realizado pela antiga gestão. Atual Gestora assumiu a pasta com a prestação de contas em pendente.

Navegantes, 31 de janeiro de 2020.

Maria José Flor
Secretária Municipal da Secretaria de Assistência Social